UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CONCURSO PSICOLOGIA: PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NA JUSTIÇA

BAREMA DA PROVA DIDÁTICA

A Comissão Examinadora atribuirá nota de 0 (zero) a 100 (cem), observando os critérios abaixo.

ESPECIFICAÇÃO		
1 PLANEJAMENTO DA AULA Até 25 pontos	**Pontuação máxima**	**Pontuação atribuída**
1.1 Clareza na redação dos elementos do plano (ortografia, regras de formatação bibliográfica adequadas)	5	
1.2 Atualização e pertinência das referências utilizadas	5	
1.3 Pertinência dos objetivos propostos com o tema da aula	5	
1.4 Coerência entre objetivos, conteúdos, procedimentos didáticos, recursos e avaliação	5	
1.5 Referências	5	
II DESENVOLVIMENTO Até 75 pontos		
2.1 Adequação no tratamento do tema ao perfil formativo do curso	10	
2.2 Relaciona o tema da aula com a área/disciplina do concurso e explicita as suas escolhas teórico-metodológicas	10	
2.3 Aborda o tema de modo a atingir os objetivos propostos no plano, demonstrando domínio do conteúdo e segurança na exposição	10	

2.4 Situa o tema no seu contexto de produção, relaciona-o com os demais componentes curriculares e com o universo sociocultural dos estudantes, e utiliza, direta ou indiretamente, as referências indicadas no plano	10	
2.5 Demonstra correção e adequação no uso da linguagem e clareza na comunicação, além de utilizar de maneira correta a terminologia e os conceitos da área.	10	
2.6 Ilustrações com exemplos e uso adequado de recursos auxiliares	10	
2.7 Organização sequencial	10	
2.8 Faz considerações, conclusões e sugere aplicações	5	
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA PROVA DIDÁTICA TOTAL =100		

A Prova Didática será avaliada conforme os procedimentos previstos na Deliberação nº 270/CEPE/UFRRJ/2023 e alterações.

BAREMA DA ANÁLISE DE TÍTULOS

A avaliação de títulos será realizada conforme os grupos, critérios e limites estabelecidos pela Deliberação nº 270/CEPE/UFRRJ/2023 e alterações e pelo barema específico da área.

BAREMA PARA ANÁLISE DE TÍTULOS

GRUPO I: Avaliação da titulação na área do concurso, conforme especificações do edital - **serão aceitos apenas títulos nas áreas de formação expressas no edital**.

Especificação	**Pontuação Unitária**	**No. de Produtos**	**Pontuação Atribuída**
Diploma de Graduação	5	(máx. 1)	5
Certificado de Especialização	5	(máx. 3)	15

Diploma de Mestrado	5	(máx. 1)	5
Diploma de Doutorado	5	(máx. 1)	5
PONTUAÇÃO MÁXIMA GRUPO I - 25			

GRUPO II: Produção acadêmica de natureza intelectual, científica, artística, cultural ou técnica, **relacionada à área de conhecimento do concurso.**

Especificação	**Pontuação Unitária**	**No. de Produtos**	**Pontuação Atribuída**
2.1:ARTIGOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS			
Artigo publicado em periódicos, na categoria A1 a A4, segundo Qualis/Capes	2	(máx. 4)	8,0
Artigo publicado em periódicos, na categoria B1 a B3, segundo Qualis/Capes	1,5	(máx. 5)	7,5
Artigo publicado em periódicos, na categoria B4 a B5, segundo Qualis/Capes ou texto completo publicado em Anais de evento científico	1	(máx. 2)	2,0
2.2: LIVROS			
Autor/coautor	1,5	(máx. 4)	6,0
Livro (editora universitária/agência de fomento)			
Autor/co-autor Livro (ISBN)	1,5	(máx. 2)	3,0
Organização de livro (editora universitária /agência fomento) ou de revista científica indexada na Capes (dossiês etc.)	1,5	(máx. 4)	6,0

Organização de livro (ISBN)	1,0	(máx. 2)	2,0
Autor/coautor Capítulo de livro (editora Universitária /agência de fomento)	1,5	(máx. 3)	4,5
Capítulo de livro (ISBN)	1,0	(máx. 2)	2,0
Prefácio ou posfácio em livro (ISBN)	0,5	(máx. 2)	1,0
Editoração livro/revista científica indexada na Capes	0,5	(máx. 2)	1,0
Tradução livro (ISBN) ou artigo em revista indexada na capes	0,5	(máx. 2)	1,0
2.3 EVENTOS CIENTÍFICOS			
Organização de evento científico internacional /nacional	1	(máx. 2)	2,0
Organização de evento científico regional/local	0,5	(máx. 2)	1,0
Palestra ou conferência evento científico-acadêmico internacional /nacional	1,5	(máx. 5)	7,5
Palestra ou conferência evento científico-acadêmico regional/local	1,0	(máx. 3)	3,0
Apresentação de trabalho em evento científico-acadêmico (comunicação oral)	0,2	(máx. 5)	1,0

2.4: DIVULGAÇÃO			
Texto em jornal ou revista (magazine) - divulgação científica/artística	1,0	(máx. 2)	2,0

Entrevista, mesa redonda ou comentário na mídia (divulgação científica /artística)	0,5	(máx. 2)	1,0
2.5: PRODUÇÃO TÉCNICA			
Assessoria e consultoria	1,0	(máx.3)	3,0
Parecerista revista /congresso /fomento ou membro de comissão científica	0,5	(máx. 5)	2,5
Desenvolvimento de Material didático /referência técnica /manual	1,0	(máx. 3)	3,0
Curso de curta duração ministrado	0,5	(máx. 3)	1,5
2.6: PROJETOS			
Coordenação de projeto com mérito reconhecido por agência de fomento, ou associação técnica-científica de mérito reconhecido nacional ou internacional	2,0	(máx. 2)	4,0
Coordenação de convênios e/ou acordos científicos nacionais e internacionais	1,0	(máx. 1)	1,0
Coordenação de projetos e ações voltadas para a comunidade	1,0	(máx. 3)	3,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA GRUPO II = 75			
PONTUAÇÃO MÁXIMA (GRUPO 1+ GRUPO 2) = 100			

Observações: (a) não serão atribuídos pontos pelo exercício de Magistério Superior, quando vedado pela Deliberação vigente; (b) não será pontuado o título utilizado para comprovar a formação exigida; (c) a produção do Grupo II observará o período dos últimos 10 (dez) anos, incluindo o ano corrente, conforme a regulamentação vigente; (d) somente serão considerados documentos devidamente comprovados.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CONCURSO PSICOLOGIA: PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NA JUSTIÇA

PROGRAMA, BIBLIOGRAFIA E NORMATIVAS

Programa

1. Psicologia na assistência social e na garantia de direitos: fundamentos teóricos, históricos, éticos e metodológicos.
2. Psicologia e proteção social nas políticas públicas de Assistência Social, com atenção aos fundamentos éticos, políticos e sociais da atuação profissional.
3. Psicologia em interface com a Justiça: desafios, potencialidades e limites etico-políticos da atuação profissional
4. Psicologia e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente na Assistência Social e na interface com a justiça
5. A atuação da Psicóloga(o) frente às situações de Violência e violações de direitos com ênfase na violência de gênero, racismo, capacitismo, violência de Estado, criminalização e controle social.
6. Famílias e parentalidades: atuação da Psicologia na Assistência Social e na Justiça.
7. A elaboração de documentos psicológicos em contextos de assistência e justiça; exigência técnica e responsabilidade ética na atuação profissional.
8. A importância dos direitos humanos e da perspectiva interseccional para o fazer psicológico na interface com a justiça e nas políticas públicas da assistência social.
9. Psicologia e Políticas públicas: interdisciplinaridade, intersetorialidade e trabalho em rede.
10. Encarceramento em massa: fundamentos teóricos, técnicos e éticos da atuação da Psicologia no sistema prisional.

Bibliografia Básica Indicada

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, n. esp., p. 1–17, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003263580.

BARBOSA, Roberta Brasilino; COSTA, Jaqueline Sério da; JESUS, Patricia Cardoso de; SCRIVANO, Isabel. Construindo uma Psicologia (brasileira): CREPOP, interseccionalidade e práticas em políticas públicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 44, n. esp. 1, p. 1–16, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003276207.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude: o branco e o poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; FARIA, Rafael Bonassa. Resoluções do Conselho Federal de Psicologia: fundamentos de regulamentação da profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 44, n. esp. 1, e287298, p. 1–11, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003287298.

BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). **Atualidades em psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2016.

BUOSO, Fernanda Papa; BAZON, Marina Rezende. Parentalidade em Famílias Brasileiras em Situação de Vulnerabilidade Social: Fatores Associados. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 25, 2025. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2025.74557.

CORDEIRO, Mariana Prioli; LARA, Maria Fernanda Aguilar; MAIA, Rodolfo Luis de Almeida. Atendimento psicossocial nos serviços de Proteção Social Especial do SUAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e250301, p. 1–15, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003250301.

CUNHA, Vivane Martins; MOREIRA, Lisandra Espíndula. A subtração da vida como política de morte: vozes de mães de jovens negros assassinados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e246660, p. 1–16, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003246660.

DANTAS, Tayora; SAAVEDRA, Luísa; MARTINS, Paula Cristina. Avaliação Psicológica Jurídica em Processos de Guarda no Brasil: Práticas Profissionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 39, e39409, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0102.3772e39409.en.

FERNANDES, Valéria dos Santos; LEONIDAS, Carolina; TILIO, Rafael de. (Des)compassos do trabalho psicológico no acompanhamento familiar no CRAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 44, p. 1–16, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003264104.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

LEMES, Simone Corrêa; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. O Laudo Psicológico na Justiça: Uma Análise da Qualidade dos Laudos Periciais. **Psicologia: Teoria e Prática**, 2021. DOI: https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPPA13393.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; AQUIME, Rafaele; BENGIO, Fernanda Cristine dos Santos; SAMPAIO, Valber Luiz Ferreira; BARRETO, Robenilson (orgs.). **Psicologia Social e Política de Assistência Social: territórios, sujeitos e inquietações**. Curitiba: Appris, 2022.

MONTEIRO, Rodrigo Padrini et al. Análise da atividade de psicólogos nas prisões: uma leitura clínica do trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 24, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2024.83398.

NASSER, Mara Laudelina Pereira; DE TÍLIO, Rafael. Rede intersetorial: o trabalho realizado durante a Pandemia de covid-19 e as limitações das Políticas Públicas. **Serviço Social em Revista**, v. 27, n. 1, p. 154–174, 2024. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2024v27n1p154.

NUNES, Caroline Cabral; MACEDO, João Paulo. Encarceramento feminino: um debate entre criminologia e perspectivas feministas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e249513, p. 1–15, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003249513.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Julia Santos. A Psicologia na interface com a justiça: uma análise das publicações do Conselho Federal de Psicologia e a defesa de direitos no Brasil. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 43, e16417, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202643e16417pt.

SAWAIA, Bader. Saúde ético-política: uma ideia reguladora da práxis psicossocial na Política Pública de Assistência Social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 29, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.22491/1678-4669.20240010.

WALGER, Carolina de Souza; UEMURA, Izabela Luiza Rodrigues. Violência contra as mulheres: implicações técnicas e éticas para a Psicologia Jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 46, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003287784.

Legislação e normativas de referência em políticas públicas

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

2. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

3. BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

4. BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

5. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: CNAS, 2009.

6. BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

7. BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

8. BRASIL. Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei Henry Borel). Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

Normativas e documentos do Conselho Federal de Psicologia

9. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005.

10. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 06, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Brasília, DF: CFP, 2019.

11. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Manual Orientativo de Registro e Elaboração de Documentos Psicológicos. Brasília, DF: CFP, 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/manual-orientativo-de-registro-e-elaboracao-de-documentos-psicologicos/.

12. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Nota Técnica CFP nº 02/2023: demandas do Sistema de Justiça às psicólogas e aos psicólogos que atuam em serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: CFP, 2023.

Publicação sobre Psicologia e direitos humanos

13. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Em nome da proteção e do cuidado, que formas de exclusão temos produzido? Campanha Nacional de Direitos Humanos. Brasília, DF: CFP, 2011. Disponível em: https://site.cfp.org.br/em-nome-da-proteo-e-do-cuidado-que-formas-de-excluso-temos-produzido-campanha-nacional-de-direitos-humanos/

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CONCURSO PSICOLOGIA: PSICOLOGIA NA ASSISTENCIA SOCIAL E NA JUSTIÇA

PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho terá caráter classificatório e deverá contemplar, de forma articulada com a área do concurso e com as condições institucionais da UFRRJ, as dimensões de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Universitária.

1. Ensino

Apresentação de proposta de atuação docente, incluindo disciplinas, estratégias didático-pedagógicas, avaliação da aprendizagem, articulação entre graduação e pós-graduação, quando pertinente, e interface com a área do concurso.

2. Pesquisa

Apresentação de projeto ou programa de pesquisa relacionado à área, contendo problema, justificativa, objetivos, referencial teórico-metodológico, procedimentos, cronograma, resultados esperados, potencial de formação de estudantes e possibilidades de inserção em redes de pesquisa.

3. Extensão

Apresentação de proposta de extensão articulada às demandas sociais e institucionais, preferencialmente com interface com os pontos do programa, incluindo público, objetivos, metodologia, produtos, resultados esperados e formas de avaliação.

4. Critérios de avaliação

- Domínio e consistência da proposta.
- Clareza e organização.
- Qualidade da linguagem.
- Consistência teórica e técnica.
- Viabilidade e exequibilidade.
- Compatibilidade com as condições institucionais da UFRRJ.
- Articulação com a trajetória acadêmica e científica do candidato.
- Adequação à área do concurso.
- Relevância acadêmica e social.

A nota do Plano de Trabalho será atribuída de 0 (zero) a 100 (cem), observando-se o peso definido pela Deliberação nº 270/CEPE/UFRRJ/2023 e alterações.